

A Globalização da Pesquisa Qualitativa*

Pertti Alasuutari

Universidade de Tampere (Finlândia)

Resumo:

Este artigo discute problemas e desafios relacionados com a globalização da pesquisa qualitativa. Analisa o domínio anglo-americano no mercado editorial e como se reflecte na narrativa do crescimento da pesquisa qualitativa. Introduce de seguida a metáfora espacial da globalização. Sob esse enquadramento, a globalização da pesquisa qualitativa vai além de um fluxo de ideias que atravessa regiões, será um fluxo de ideias que atravessa disciplinas, especialmente das humanidades para as ciências sociais – e vice-versa. Assim, a maioria das inovações que fazemos ou lemos são redescobertas provenientes de disciplinas vizinhas e da história das ciências sociais e das humanidades. Desse ponto de vista, a rápida globalização dessa área do conhecimento conhecida como “pesquisa qualitativa” não é tanto algo novo, mas uma nova embalagem para um conhecimento já existente.

Palavras-chave:

Pesquisa Qualitativa; Domínio Anglo-Americano; Modernização; Globalização.

Fazer pesquisa qualitativa é um processo de busca constante de dados, no sentido em que, na maior parte do tempo, temos que proceder indutivamente, partir de observações empíricas para ideias mais gerais sobre teoria ou metodologia. Quando queremos provar que a nossa interpretação é válida, sugerir uma interpretação ou pesar os prós e contras de diferentes interpretações, recorreremos também a exemplos ou a excertos de dados qualitativos,

* Este artigo, anteriormente publicado como *The Globalization of Qualitative Research*, em Clive Searle et al: *Qualitative Research Practice*. London: Sage 2004, 595-608, foi traduzido com permissão do autor. Tradução de Anabela de Sousa Lopes.

nomeadamente entrevistas transcritas ou gravações vídeo de diferentes situações. Assim, mesmo quando queremos realmente afirmar que o nosso ponto de vista decorre não só do material que temos em mãos mas também de um âmbito mais geral, temos que o provar e ilustrar a um nível “local”. Pela mesma razão, num nível mais metodológico, quando queremos mostrar que tipo de análises se podem fazer com dados qualitativos, damos um exemplo concreto de pesquisa.

Isto tem consequências para a globalização da pesquisa qualitativa. Por globalização, no seu sentido mais lato, referimos o processo pelo qual uma rede global de interconexões e interdependências entre diferentes países e regiões se está a adensar cada vez mais, para a criação de um sentimento ainda mais forte de que o mundo é um lugar (Held *et al.*, 1999:16; Tomlinson, 1999:2).

No seio da pesquisa e da metodologia qualitativas, este processo significa que, independentemente do lugar onde se vive e se pesquisa, partilhamos, a um nível superior, as mesmas teorias, métodos e ideias sobre como fazer pesquisa qualitativa e como tornar compreensíveis os fenómenos humanos com base em dados qualitativos empíricos. É assim, em parte, porque lemos e consultámos os mesmos artigos, estudos e livros. Mas não pensarão os editores ‘internacionais’ (leia-se: norte-americanos ou britânicos) que os seus leitores não compreendem exemplos demasiado exóticos?

Esse foi um dos problemas que enfrentei ao preparar a versão em língua inglesa do livro sobre métodos qualitativos, *Researching Culture: Qualitative Method and Cultural Studies*. O editor expressou preocupação por o livro ter muitas referências a estudos publicados em finlandês:

“A um nível básico, a proporção de trabalho finlandês citado no texto não será útil aos britânicos, americanos ou outros leitores, para os quais esta literatura não será facilmente compreendida ou familiar (...). Seria possível refazer o texto para que esse tipo de referências fosse substituído por referências a exemplos sobejamente conhecidos na literatura em língua inglesa? Não lhe peço que esvazie o texto de todas as ligações finlandesas, mas que se assegure de que o equilíbrio global faz o leitor de língua inglesa sentir-se à vontade com a apresentação”.

O pedido era bastante compreensível e alterei vários exemplos de pesquisa de trabalhos que tinham sido publicados “internacionalmente”, em livros e revistas. Nalguns casos, tendo que construir o meu ponto à volta de um novo exemplo de pesquisa, provavelmente melhorou o texto, noutros não fiquei satisfeito com a qualidade da nova pesquisa e pensei que o exemplo original era melhor e mais interessante. Embora contrariado, tive que desenvolver uma pequena pesquisa basicamente apenas porque tinha sido publicada em inglês.

Penso que este exemplo ilustra bem alguns dos problemas relacionados com a globalização da pesquisa qualitativa, em especial, o facto de a língua inglesa e, conseqüentemente, os grandes mercados norte-americanos e britânicos, terem uma posição dominante nas publicações das ciências sociais.

A formação de uma verdadeira rede global de investigadores só pode acontecer se houver um fluxo global de ideias que atravesse fronteiras e barreiras linguísticas. Isso significa que temos que ter acesso ao trabalho que está a ser feito em diferentes países e regiões e em línguas diferentes. Assim, qualquer um de nós pode contribuir para a discussão, desafiando uma ideia anterior ou aplicando um método de uma forma inovadora, se e quando tiver lido e consultado os mesmos artigos, estudos e compilações. Apesar dos problemas atrás referidos, parece que essa rede global de pesquisa qualitativa se está gradualmente a desenvolver e, para ser realista, só poderá acontecer nas “encruzilhadas” ou pontos de encontro representados pela língua inglesa. Contudo, como noutras formas de globalização, o processo forma uma estrutura – ou é condicionado por ela – constituída por centros e periferias.

Na discussão sobre a globalização, argumenta-se com frequência que equivale mais ou menos a “ocidentalização” ou, sobretudo, a americanização. Afirma-se que a expansão global de valores dos Estados Unidos da América – por exemplo, através da grande indústria dos *media* e das empresas de grandes marcas – gradualmente homogeneiza as culturas do mundo. Pesquisando nomes e instituições de autores que publicaram livros sobre métodos qualitativos, fica-se com a impressão de que o mundo globalizante da pesquisa qualitativa é também muito dominado pelos anglo-americanos.

Não devemos, contudo, voltar à metáfora espacial da “globalização” enquanto modernização unidireccional ou narrativa de progresso científico, como na ideia de que globalização é equivalente a americanização. Apesar da força da posição da língua inglesa e do mercado editorial americano, há outras redes e fluxos de influência no mundo. Mais importante ainda, temos que aceitar que a ideia de uma linha universal de desenvolvimento em direcção à verdade é uma construção ideológica, altamente questionável quando falamos do desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Em vez disso, existem desenvolvimentos paralelos e fluxos de influência a decorrer e o destaque de uma escola de pensamento depende, sobretudo, das tendências da cultura local e das necessidades de pesquisa qualitativa.

Neste artigo discutirei os problemas e desafios relacionados com a globalização da pesquisa qualitativa. Analisarei primeiro o domínio anglo-americano do mercado editorial e como esse domínio se reflecte na narrativa de progresso da pesquisa qualitativa. De seguida, discutirei as implicações e possibilidades da metáfora espacial da globalização. Isto não significa desconsiderar o domínio anglo-americano, mas o enquadramento da globalização fornece-nos ferramentas

conceptuais para analisar a situação, em vez de seguir a solução fácil de pensar que o desenvolvimento metodológico é conduzido por uma busca interna pela verdade. Também indicarei um aspecto adicional do desenvolvimento da pesquisa qualitativa, porque, mais do que uma questão de fluxo de ideias que atravessa regiões, a globalização da pesquisa qualitativa pode ser vista como um fluxo crescente de ideias que atravessa disciplinas, especialmente das humanidades às ciências sociais – e vice-versa. Assim, a maior parte das inovações que fazemos ou que lemos são redescobertas provenientes de disciplinas vizinhas e da história das ciências sociais e das humanidades. Desse ponto de vista, a rápida globalização dessa área do conhecimento conhecida como “pesquisa qualitativa”, não é tanto uma coisa nova mas antes uma nova embalagem para um conhecimento já existente.

O Domínio Anglo-Americano das Ciências Sociais

É perfeitamente claro que, na segunda metade do século XX, as ciências sociais assistiram a uma gradual reorganização dos fluxos das redes de informação da comunidade global dessas ciências. Por um lado, é inegável que os contactos que atravessam fronteiras se tornaram mais fáceis; por outro lado, as redes centraram-se cada vez mais nos especialistas norte-americanos. Poderíamos assumir que, com a globalização, um modelo de trabalho em rede com um único centro daria lugar a um mundo com múltiplos centros, mas parece que o centro simplesmente alterou a sua localização. O continente que tem as universidades mais antigas, e que já foi o coração do desenvolvimento das ciências sociais, a Europa, foi descentrado.

Consideremos o livro mundialmente famoso de Jean Baudrillard, *América*, que pode ser comparado a outros textos de viagens que os europeus têm escrito ao longo dos tempos sobre as suas deslocações a outros países e continentes. O livro de Alexis de Tocqueville, *Democracia na América*, é um óbvio progenitor. Baudrillard continua a tradição de europeus, sobretudo de franceses, que escrevem sobre esse remoto continente. Contudo, a posição estrutural do autor mudou totalmente. Tocqueville escreveu sobre “o outro”, sobre um país estrangeiro nas imediações da civilização ocidental. Quando Baudrillard escreveu o seu livro, era um filósofo francês em finais dos anos 1980, em parte famoso devido aos seus pensamentos e ao seu estilo atrevido e pós-moderno, mas ainda bastante desconhecido do grande público americano ou de língua inglesa. Acima de tudo, é um francês. Gosta de escrever sobre fenómenos contemporâneos mas, como francês, os seus exemplos relacionam-se naturalmente com a França. E isso não é “conhecimento geral” ou um ambiente bem conhecido. Como francês, tem algumas desvantagens no mercado “internacional”. Por isso foi um bom

truque escrever um livro sobre a América. ‘Toda a gente’, supostamente, conhece Golden Gate Bridge, Burger King, Los Angeles. E a maior parte de nós (quem somos nós?) tem esse conhecimento devido a todas as séries e filmes americanos que tem visto. É interessante escrever análises culturais sobre esses lugares e fenómenos porque ‘toda a gente’ sabe sobre o que estamos a falar. Neste sentido, *América*, de Baudrillard, é um bom exemplo do domínio anglo-americano nas ciências humanas.

Claro que se pode argumentar que o caso de Baudrillard prova o oposto: não importa de que país se vem, se se tem coisas importantes para dizer será publicado por editoras internacionais em inglês, que se tornou a língua franca da ciência. Poderia até ser o caso de livros que tratam de métodos de pesquisa, por exemplo metodologia qualitativa. Embora possa ser difícil obter pesquisa empírica relacionada com uma localidade periférica, publicada por editoras internacionais, a teoria e o método são universais: quando se é metodologicamente inovador, as ideias atravessam o mercado internacional.

Para uma estimativa aproximada do domínio dos americanos e de outros autores de países de língua oficial inglesa no mercado editorial da pesquisa qualitativa, consulte a lista de livros classificados sob ‘metodologia qualitativa’ na página da Internet das publicações Sage, a 7 de Maio de 2002. Dos 217 livros indicados, verifiquei os países de origem dos autores com base na sua filiação institucional¹. Se existia mais do que um autor (ou editor) para um livro, e se representasse mais do que um país, marcava um ‘ponto’ para cada país. Contudo, se todos os autores pertencessem ao mesmo país, eu dava apenas um ‘ponto’ a esse país. Houve um número significativo de casos sem menção da filiação institucional, por isso omiti o livro em questão. Do total de 232 ‘pontos’, os Estados Unidos obtiveram 139, o Reino Unido 47, Austrália 12, Canadá 11, Israel 8, França 3, Nova Zelândia, Alemanha, Dinamarca e Suécia 2 cada, e Japão, Noruega, Singapura e Suíça 1 ponto cada². Noutras palavras, os países de língua inglesa tinham 91 por cento do ‘mercado’, e os Estados Unidos e o Reino Unido, em conjunto, tinham 80 por cento da quota de mercado.

O caso da Sage pode perfeitamente estar enviesado e não pode ser generalizado a toda a literatura sobre metodologia qualitativa de língua inglesa. No entanto, tenho boas razões para assumir que a quota de mercado do resto do mundo, como oposta aos autores americanos e britânicos, seria ainda mais baixa se tomássemos em conta todos os principais editores, porque muitos não tentam alcançar o mercado internacional. Eles estão satisfeitos com o mercado nacional dos Estados Unidos e do Reino Unido, o que significa que dificilmente se encontra um autor estrangeiro nas suas listas. A melhor maneira de estudar as quotas de mercado seria analisar as vendas actuais de livros; suspeito que iria fazer sobressair ainda mais a imagem do domínio anglo-americano.

Como podemos então explicar o domínio anglo-americano? Consideremos apenas a ainda forte posição da metodologia quantitativa nas ciências sociais dos EUA e comparemo-la com muitos países europeus, onde os métodos qualitativos se tornaram mais ou menos o caminho dominante. Poderíamos facilmente assumir que, por exemplo, os cientistas sociais europeus teriam uma posição muito mais forte no ensino de métodos qualitativos do que a comunidade acadêmica em geral.

Como já foram enunciadas, as razões do domínio anglo-americano do mercado de publicações sobre metodologia qualitativa são óbvias e variadas. Uma delas é que os Estados Unidos, devido ao grande número de estudantes nos níveis mais elevados do sistema de ensino num país com 281 milhões de habitantes, constituem o maior mercado editorial de manuais. Isso significa que, para assegurar vendas de qualquer livro a uma escala global, ele tem que ser adequado ao mercado dos EUA. Os manuais de autores britânicos entram facilmente no mercado dos Estados Unidos, devido aos laços culturais entre os dois países. A “maior vantagem de mercado” reflecte o facto de os Estados Unidos serem também o maior mercado de educação e de pesquisa académica. Logo, é perfeitamente natural que também produzam muitos autores que conseguem publicar. Outra razão importante é o papel que a língua inglesa herdou do Latim, como a nova língua franca da ciência.

Obviamente, poder-se-ia argumentar que a grande “quota de mercado” de autores americanos e britânicos na literatura sobre metodologia qualitativa reflecte somente a superioridade desses académicos quando comparados com autores de outros países. Ou, significando o mesmo, embora os métodos qualitativos ainda sejam um desafio para a pesquisa social quantitativa no cenário académico americano, talvez a forte posição dos autores anglo-americanos no mercado se deva a uma maior ênfase sobre métodos de pesquisa empírica no ensino de ciências sociais. Foi assim que o *referee* anónimo da primeira versão deste artigo viu a situação.

Segundo ele, a primeira versão deste artigo ‘não discute todas as forças intelectuais e de mercado que terão contribuído para isso’. E continua:

“A língua inglesa é um factor óbvio, mas não é o único. A ênfase no ensino de métodos e técnicas de pesquisa empírica nos programas americanos é uma influência poderosa no marketing de textos sobre metodologias – ao qual se juntou, mais tarde, o mercado britânico, também conduzido pela prática de pesquisa (ambos operam sobretudo a nível universitário). A inclusão de métodos de pesquisa qualitativa em campos empíricos com forte componente numérica (como o campo da saúde) também ajudou a promover a circulação de textos sobre métodos – especialmente quando esses campos procuram bases para legitimar a pesquisa”.

Assim, se outros países colocassem maior ênfase na prática de métodos e técnicas de pesquisa empírica, de acordo com o meu *referee*, existiriam mais autores da área da metodologia a entrar no mercado editorial internacional, oriundos de países com outra língua que não a inglesa. Seguindo esta linha de pensamento, assume que o domínio anglo-americano na literatura sobre metodologia é um caso excepcional. Segundo ele, a teoria social tem uma aparência muito diferente:

“Versões contemporâneas da grande teoria são, por exemplo, dominadas por figuras europeias – não só Baudrillard, mas também Bourdieu, Foucault, Derrida, Deleuze, Latour, Gallon, para mencionar apenas alguns dos nomes de Paris. Isto para não falar da recepção da filosofia social alemã ou do formalismo russo. Teoria e método são relativamente livres de contexto, enquanto a pesquisa empírica é específica em termos de contexto. Ambos circulam bem e os editores percebem que os podem vender amplamente; a pesquisa empírica não é comercialmente viável numa escala global. Mas teoria e métodos têm muitas origens distintas e a sua circulação é muito diferente. Estabelecem diferentes esferas de troca, diferentes hierarquias de valor, etc.”.

Para descobrir se assim é, de facto, estudei o catálogo on-line da Sage, fazendo uma lista da teoria social que apareceu a 20 de Outubro de 2002³. Comparado com o mercado de publicações sobre metodologia qualitativa, o cenário é claramente diferente. De acordo com a minha pequena amostra, o Reino Unido é o país que lidera e os Estados Unidos são apenas o número dois. Em conjunto, a quota de mercado de países de língua inglesa parece ser apenas de três quartos, comparados com 91 por cento em metodologia qualitativa.

Contudo, apesar da diferença, e não obstante a impressão geral de que muitos teóricos vêm de qualquer outra parte do mundo, a grande maioria de autores de livros pertence a países de língua inglesa. Como se explica isso? Será a “vantagem da língua mãe” dos autores de língua inglesa uma explicação suficiente?

Sugiro que existe uma outra razão mais subtil para o domínio anglo-americano no mercado editorial das ciências sociais. Um factor que subtilmente fortalece o domínio anglo-americano é a difusa, mas estranhamente persistente, noção de ‘sociedade moderna’ ou ‘modernidade’ no vernáculo sociológico. O domínio anglo-americano é inconscientemente legitimado por uma definição implícita de ‘sociedade moderna’ como objecto da maioria dos estudos sociológicos. ‘Sociedade moderna’ é principalmente o Reino Unido e os Estados Unidos – e talvez a França e a Alemanha, devido a toda a discussão sociológica sobre o advento da modernidade aí originada nos finais do século XIX.

A discussão de outros países tem que ser cumprida indicando o seu papel como um exemplo especial. Por isso, a Finlândia costumava ser discutida como

exemplo de um pequeno país ocidental a viver perto do grande urso, a União Soviética. A Suécia e outros países nórdicos são muitas vezes utilizados como exemplos de Estados socialmente bem sucedidos e com considerável intervenção numa (semi-capitalista?) democracia ocidental. Talvez a considerável igualdade entre sexos seja outro ponto.

Os casos têm que ser discutidos, mesmo por académicos que não sejam anglo-americanos, do ponto de vista do centro (ou 'normalidade', como oposto de extremos, ilustrados por 'outros'), de certa forma como exemplos interessantes do 'outro'. Isto cria uma situação difícil para um autor não americano que espera discutir, por exemplo, sistemas insuficientes de intervenção social ou a igualdade entre sexos nesses países. Para evitar a interpretação de que a insuficiente igualdade ou segurança social é uma característica particular do país estudado, o autor facilmente acaba por defender as realizações existentes, embora o seu ponto original fosse analisar as razões que explicam uma situação não satisfatória.

As orientações especiais e características do centro (i.e., em particular os Estados Unidos) tendem a ser consideradas do ponto de vista da 'modernização', ou seja, como algo que se espera que venha a acontecer na periferia, um dia, no futuro. Isto conduz ao fenómeno de modas no pensamento social: quando um fenómeno como, digamos, o politicamente correcto, ou um paradigma teórico nasce e é discutido no centro, um autor não americano não pode evitar tê-lo em conta nos seus escritos. Neste sentido, os discursos do centro estruturam os discursos dos 'outros', por muito que sejam desajustados a orientações e situações sócio-políticas de outros países. Nós entramos nas discussões 'internacionais' segundo as condições estabelecidas pelos académicos anglo-americanos e pelas suas orientações sociais e culturais. Se dissermos que um fenómeno, como o politicamente correcto, não existe no nosso país de forma considerável, é facilmente visto como um sinal de 'atraso', e espera-se que façamos uma interpretação das razões da sua não-existência. Nesse caso, daremos uma contribuição proveitosa para a discussão 'internacional', o que mostra como a sua função é, na verdade, fazer com que tenha sentido o fenómeno que ocorre no centro.

Isto leva-nos ao factor relacionamento, já referido no exemplo de Baudrillard, que fortalece o domínio anglo-americano. É a falsa suposição de que estamos todos familiarizados com os lugares, celebridades e eventos populares americanos e britânicos. Analisar uma série televisiva americana, uma estrela *pop* ou um filme, ou uma celebridade britânica como a Princesa Diana, é perfeitamente aceitável numa publicação internacional. Além dos pontos teóricos realizados, esses objectos de estudo, em si mesmos, representam fenómenos 'de interesse geral', porque é suposto 'toda a gente' os conhecer. Já não é o caso se forem analisadas pessoas, lugares ou fenómenos considerados periféricos

vistos do centro. A razão pela qual a audiência deveria ler análises de objectos mais remotos tem que ser explicitada e, fazendo-o, frequentemente relacionamos o objecto em questão com fenómenos relacionados no centro. Por outras palavras, quem quer que entre na 'arena internacional' necessariamente contribui para a reprodução das mesmas estruturas. Temos que fazer os anglo-americanos e outros leitores acreditar que tudo o que tem valor acontece nos países anglo-americanos, no centro. Para conseguir a publicação dos nossos trabalhos no mercado internacional, temos que contribuir para a reprodução da estrutura centro-periferia, dando a nossa contribuição para o desenvolvimento de um campo de estudo, e fazendo-o de tal forma que ele se torne parte do 'discurso do centro'. Temos que adoptar o olhar das pessoas que estão no centro, olhando para nós próprios à distância ou a partir de cima.

Tal distância da perspectiva própria de cada um não é, certamente, apenas uma coisa nefasta. Pelo contrário, ser capaz de criar uma distância dos fenómenos familiares e, assim, mostrá-los a partir de um novo ângulo é um dos principais procedimentos dos cientistas sociais. O problema com o domínio anglo-americano é que tal distância só tem um lado: apenas aos que estão de fora se exige que tomem a perspectiva de um outro, ao passo que as pessoas situadas no centro facilmente escorregam para dentro de um etnocentrismo ignorante.

Não podemos contornar totalmente as determinações da estrutura do mercado editorial de língua inglesa mas, do meu ponto de vista, o nosso objectivo deveria ser evitar o ofuscante etnocentrismo anglo-americano. Por exemplo, como editores do *European Journal of Cultural Studies (EJCS)*, nós – isto é, Ann Gray, Joke Hermes, e eu próprio – observámos que académicos sobretudo britânicos e americanos nos submetem por vezes artigos que se dirigem apenas a uma estreita e definida audiência. Embora enfatizemos que o *EJCS* é uma revista internacional fixada na Europa, alguns autores esquecem isso ou simplesmente não se apercebem de que nem todos os nossos leitores estão familiarizados com, digamos, proeminentes políticos na esfera local da cena política londrina, ou que o ponto de toda a análise tem que ser outro que não uma observação orientada para a discussão da política nacional.

A Narrativa de Progresso

Parte da dinâmica cultural que, tacitamente, contribui para o domínio anglo-americano da ciência social e da pesquisa qualitativa é a teimosia da narrativa de modernização e de progresso dentro da imaginação sociológica do 'Ocidente'. Segundo esta linha de pensamento, herança dos filósofos do Iluminismo (Pollard, 1968), a melhor reflexão sobre o desenvolvimento das sociedades humanas será feita em termos de um processo evolucionário, no qual sociedades

menos desenvolvidas técnica e economicamente se desenvolvem gradualmente na direcção de um modelo mais 'moderno'. Alguns críticos podem ser favoráveis à modernização, outros podem ser severos e saudosistas do passado mas, dentro deste discurso de progresso ou modernização, tende-se a assumir que o desenvolvimento social, ajudado pela ciência social, significa que gradualmente todas as sociedades serão iguais: os traços de diferentes culturas primitivas do mundo acabarão por convergir sobre uma única e global 'cultura de modernidade'.

Por exemplo, Saint-Simon argumentou que, na evolução cultural da espécie humana, existem fases 'orgânicas' e 'críticas', i.e., fases pacíficas e revolucionárias. O mundo assistira a duas fases orgânicas, o helenismo e o catolicismo medieval e Saint-Simon nomeou a terceira a surgir, a fase 'positiva' e 'industrial'. Na sua opinião, o desenvolvimento faz-se pela providencial e inevitável condução divina, mas na fase final a sua realização ideal exige da espécie humana cooperação convicta e iluminada, dirigida pela ciência da sociedade. Mais tarde, August Comte, discípulo de Saint-Simon, desenvolveu a mesma narrativa em três fases e argumentou que a humanidade se move da fase teológica ou fictícia para a fase metafísica ou abstracta e depois para a fase científica ou positiva.

Quando concebemos o desenvolvimento das ciências humanas dentro deste discurso, tendemos a narrá-lo como uma história singular do progresso científico, onde velhas assunções são, de tempos a tempos, questionadas e desafiadas por um novo paradigma, aumentando assim o nosso conhecimento da sociedade.

Por exemplo, no influente *Handbook of Qualitative Research*, Denzin e Lincoln abordam o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em termos de uma narrativa de progresso (Denzin and Lincoln, 2000)⁴. Segundo estes autores, a história da pesquisa qualitativa nas ciências humanas consiste em sete momentos: o tradicional (1900-1950); o modernista ou idade de ouro (1950-1970); correntes difusas (1970-1986); a crise da representação (1986-1990); o pós-moderno, um período de etnografias novas e experimentais (1990-1995); investigação pós-experimental (1995-2000); e o futuro (2000-).

Denzin e Lincoln associam o momento tradicional à discussão de Malinowski, sobre os princípios científicos da etnografia objectiva, e à etnografia urbana da Escola de Chicago. As normas de Malinowski da etnografia clássica fixaram a imagem do 'etnógrafo solitário', masculino, que reúne a última prova do trabalho de campo numa outra cultura, regressa a casa com os seus dados e escreve um relato objectivo da cultura estudada. A Escola de Chicago juntou a ênfase na história de vida e a abordagem da 'fatia de vida' aos materiais etnográficos, procurando desenvolver uma metodologia interpretativa que mantivesse a centralidade do método narrativo da história de vida (2000: 13).

Na narrativa de Denzin e Lincoln, a fase modernista, ou segundo momento, liga-se à formalização de métodos qualitativos em vários livros, como Glaser e Strauss (1967) e Bogdan e Taylor (1975). Caracterizam esta fase como um esforço para fazer a pesquisa qualitativa tão rigorosa quanto a sua correspondente quantitativa. Assim, o trabalho no período modernista assumiu a linguagem e retórica do discurso positivista e pós-positivista. Denzin e Lincoln mencionam *Boys in White*, de Howard S. Becker (Becker et al., 1961) como um texto canônico.

Denzin e Lincoln definem o começo e o final da terceira fase, o momento de correntes difusas, através de dois livros de Clifford S. Geertz, *The Interpretation of Cultures* (1973) e *Local Knowledge* (1983). Nestes trabalhos, Geertz argumenta que as antigas abordagens às ciências humanas foram cedendo lugar a uma perspectiva mais pluralista, interpretativa e aberta. Para Geertz, o observador não tem uma voz privilegiada nas interpretações que são escritas; a tarefa central da teoria é dar sentido a uma situação local. De acordo com Denzin e Lincoln, os paradigmas naturalista, pós-positivista e construtivista ganharam poder neste período.

A quarta fase, a crise de representação, ocorreu, segundo Denzin e Lincoln, com o surgimento de cinco livros, *Anthropology as Cultural Critique* (Marcus e Fisher, 1986), *The Anthropology of Experience* (Turner e Bruner, 1986), *Writing Culture* (Clifford e Marcus, 1986), *Works and Lives* (Geertz, 1988) e *The Predicament of Culture* (Clifford, 1988). Para Denzin e Lincoln, estes livros tornaram a pesquisa e a escrita mais reflexiva e chamaram à discussão assuntos sobre diferenças entre sexos, classe e raça. Articularam e discutiram saídas após terem concluído que as normas clássicas da etnografia objectiva já não podiam ser aceites ou defendidas. Portanto, procuraram-se novos modelos de verdade, método e representação.

Apenas quatro anos após o começo da fase anterior, Denzin e Lincoln distinguem o momento seguinte, a que chamam 'pós-moderno, um período de etnografias novas e experimentais' (1990-1995). Na sua opinião, lutou-se para que a tripla crise de representação, legitimação e praxis fizesse sentido. Nesta instância, Denzin e Lincoln fazem referência a um único livro, *Composing Ethnography: Alternative Forms of Qualitative Writing* (Ellis e Bochner, 1996).

Cinco anos a partir desse período, Denzin e Lincoln distinguiram, mais uma vez, uma nova fase ou momento, desta vez chamada pós-experimental (1995-2000), imediatamente seguida pelo sétimo e último momento, o futuro (2000-). Ao discutirem em conjunto os últimos dois momentos, escreveram que etnografias ficcionais, poesia etnográfica e textos multimédia são hoje considerados como válidos. E continuam: 'Escritores pós-experimentais procuram ligar os seus escritos às necessidades de uma sociedade livre e democrática. As exigências de uma ciência social qualitativa moral e sagrada estão a ser activamente exploradas por uma hoste de novos escritores de muitas disciplinas diferentes'.

Resumi a narrativa de Denzin e Lincoln sobre o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, consideravelmente extensa, porque regista, com cautela, as diferentes viragens mais importantes que as discussões sobre metodologia qualitativa têm visto nas últimas décadas. Recomendo, portanto, a leitura dessa narrativa e a consulta da literatura referida para se obter uma imagem geral da história recente da pesquisa qualitativa.

Essa história, contudo, também confirma os problemas e perigos da narrativa de progresso, que não podem ser inteiramente evitados, mesmo se os seus autores estão conscientes das armadilhas. Denzin e Lincoln têm realmente muitas reservas em relação à sua história. Por exemplo, ao introduzirem o modelo dos sete momentos (2000:2), definem o seu alvo dizendo que discutem o desenvolvimento da pesquisa qualitativa na América do Norte. No mesmo exemplo, sublinham que esses sete momentos se sobrepõem e operam simultaneamente no presente. Além disso, afirmam terem consciência plena de que qualquer história é, de certa forma, sempre arbitrária e, pelo menos parcialmente, uma construção social (2000: 11). Por fim, acentuam a ideia de que os interesses de futuros pesquisadores por estes momentos são largamente imprevisíveis: alguns estão agora fora de moda, mas podem voltar a estar na moda no futuro (Lincoln e Denzin, 2000: 1047).

Apesar destas reservas, é inegável que esta história, como exemplo de uma narrativa de progresso, também funciona como forma de argumentar implicitamente que aquilo que é descrito como momentos mais recentes sugere que é para onde investigadores actualizados e bem informados deveriam caminhar, se ainda não estão lá. Do mesmo modo, pesquisadores e estudos mencionados como exemplos desses momentos representam a vanguarda ou excelência da pesquisa qualitativa dos nossos dias. Não é surpresa que os autores de estudos exemplares deste momento do desenvolvimento da pesquisa qualitativa sejam um grupo muito pequeno e praticamente todo constituído por americanos. E quanto mais próximos do presente, mais frequentemente estão lá novas fases, e mais estreito é o grupo.

Globalização: de uma Metáfora Temporal a uma Metáfora Espacial

Comparada com a narrativa da modernização e do progresso, a história da globalização assemelha-se menos à tendência etnocêntrica, porque implica expansão global e crescimento de interligações mútuas, mais do que desenvolvimento unidireccional. No interior da metáfora espacial sob o conceito de globalização, é mais fácil investigar as múltiplas vias de influência no mundo dos académicos, dos livros e das instituições de ensino.

Caminhar para a metáfora espacial não significa que rejeitemos inteiramente o aspecto temporal. Na verdade, algumas teorias apresentam a história da

modernização com uma nova aparência. Em particular, discussões sobre os aspectos culturais da globalização têm andado à volta da tese da homogeneização, segundo a qual aumentar as interligações mútuas das culturas mundiais leva a uma cultura global homogeneizada. Assim, a discussão sobre a globalização tem rejuvenescido uma teoria mais antiga de imperialismo cultural e americanização (Holton, 1998: 166-72). De acordo com os argumentos apresentados nesse debate, as companhias americanas têm um papel predominante no domínio da 'indústria cultural'. Os Estados Unidos também têm sido chamados a deter um papel na construção de uma organização reguladora das indústrias culturais e da informação que favorecem os interesses norte-americanos. Para além disso, é argumentado que existe uma difusão mais profunda das práticas culturais e instituições sociais originadas na América pelo mundo fora, referidas como 'McDonaldização' por George Ritzer (1993). Tudo isto é reivindicado como contribuição para uma ainda maior homogeneização das culturas mundiais (e.g. Thussu, 1998), com os Estados Unidos como modelo.

Se uma tal tese de homogeneização é aplicada ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa, poder-se-á argumentar que, devido ao facto de os Estados Unidos constituírem uma área tão forte do mercado editorial e da educação académica, as linhas sobre metodologia que ganham uma posição paradigmática acabarão por alcançar um domínio em todo o mundo. A partir desta posição, podemos lamentar a perspectiva de que o domínio dos Estados Unidos facilmente vence a riqueza de tradições científicas e metodológicas múltiplas e paralelas. Esta variante da narrativa de modernização ou progresso não significa necessariamente que as visões melhores e mais avançadas ganham o controlo, simplesmente teorias e metodologias formuladas a partir de uma posição central são mais facilmente ouvidas e observadas.

Parece que, de alguma forma, a tese de homogeneização está presente no campo da pesquisa qualitativa. Pelas questões acima discutidas, existe um fluxo de influência dos autores americanos para outros pontos do mundo. Os editores de língua inglesa formam o mercado global de ideias e assim fortalecem a posição dos principais editores norte-americanos. Devido ao facto de o Inglês ser a língua franca da ciência contemporânea, as publicações internacionais são frequentemente vistas como equivalentes às publicações de língua inglesa.

Pelas mesmas razões, ideias originadas noutra parte também entram no mercado mundial via editores americanos ou pelos "grandes editores" em termos internacionais. Os investigadores de qualquer lugar, que esperam ser ouvidos internacionalmente, publicam em revistas e livros norte-americanos, editados por norte-americanos ou por 'grandes' editores. Similarmente, livros que apareceram noutras línguas são traduzidos e assim entram no mercado americano.

Nesse sentido, o que à primeira vista parece ser o aumento do domínio anglo-americano, gradualmente conduzindo à homogeneização ou 'americanização' da pesquisa qualitativa, não é assim tão linear. As dinâmicas das publicações internacionais em inglês também significam que a comunidade acadêmica norte-americana é repetidamente influenciada por pessoas de todas as partes do mundo.

Este é um dos aspectos da globalização. Na discussão sobre a globalização sublinha-se que, para além de dinheiro, também produtos e ideias atravessam fronteiras mais frequentemente; a migração é um dos aspectos condutores do processo. A 'fuga de cérebros' de diferentes partes do mundo para universidades dos Estados Unidos também contribui para a forte posição dos editores norte-americanos e para o cenário académico dos Estados Unidos. Este é um velho fenómeno. Consideremos pessoas como o fundador da Antropologia americana, Franz Boas, uma figura chave no desenvolvimento da metodologia de inquérito, Paul Lazarsfeld, ou uma figura central na pesquisa social da Escola de Chicago, Florian Znaniecki: eram emigrantes de países europeus de língua não inglesa que fizeram a sua carreira nos Estados Unidos.

Logo, o que parece estar a fazer crescer o domínio dos Estados Unidos no mundo das ciências humanas é, em grande parte, baseado numa herança rica, cultural e internacional. O que agora parece ser o topo da pesquisa qualitativa é, em inúmeras formas, resultado da acumulação de conhecimento da ciência social, muito dele proveniente de outros lugares para além dos países de língua inglesa. Para dar apenas um exemplo, na história de Denzin e Lincoln sobre o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, de 1980 em diante, novas fases são quase regularmente iniciadas por antropólogos americanos, mas os pontos que as marcam são, principalmente, implicações para o desenho da etnografia a partir da discussão francesa sobre pós-modernidade.

Na discussão sobre os aspectos culturais da globalização, o que é conhecido como a tese da 'hibridação' desafia a tese da homogeneização e argumenta-se que, devido à globalização, existem cada vez mais formas culturais híbridas no globo. Para aplicar isso ao campo da pesquisa qualitativa, pode argumentar-se que a crescente posição de força do Inglês como língua comum entre os pesquisadores sociais em todo o mundo significa que a herança cultural e científica partilhada, presente em toda a literatura publicada em inglês, é constantemente enriquecida. Editores norte-americanos e outros grandes editores de língua inglesa trabalham realmente como uma espécie de campo de trocas de ideias em pesquisa qualitativa e, de forma mais geral, em disciplinas humanas. Trabalham nos dois sentidos: a comunidade de investigadores norte-americanos recebe influência de individualidades estrangeiras, e os investigadores que trabalham em diferentes partes do mundo podem saber o que se passa em qualquer lado lendo livros em língua inglesa.

Contudo, neste exemplo temos que rapidamente anotar os problemas relacionados com o domínio anglo-americano no campo das publicações, discutido nas secções anteriores. Como dissemos, o domínio do grande mercado dos Estados Unidos coloca restrições sobre o tipo de trabalho a publicar. Para interessar a audiência (norte-americana) e assim conseguir publicação, a pesquisa empírica tem, de alguma forma, que se dirigir à realidade norte-americana ou à sua agenda política e cultural. O mesmo é válido para as inovações na teoria social e cultural. Para estar a par do mercado de língua inglesa, uma nova teoria, ou enquadramento teórico, tem que, de alguma forma, falar à situação corrente na realidade americana. Se não for o caso, pode ser largamente ignorada e talvez ‘descoberta’ numa fase mais tardia. Por essa razão, pode dizer-se que as inovações feitas em comunidades académicas que falam outras línguas constituem uma fonte de ideias que esperam pelo momento certo para serem descobertas no centro – isto é, na comunidade de língua inglesa.

Ao contrário das ciências naturais, cujo desenvolvimento pode ser descrito como acumulação de conhecimento sobre leis da natureza, as ciências humanas são bastante diferentes. São mais que um comentário corrido sobre as viragens culturais e políticas que diferentes sociedades ou extensas regiões vivem ao longo de décadas. Como não existe progresso unidireccional no desenvolvimento social, diferentes contextos históricos e culturais forneceram à comunidade académica mundial as ferramentas conceptuais e metodológicas com que se agarra quase tudo o que é possível na realidade humana, a partir de uma pletora de pontos de vista. Contudo, tal caixa de ferramentas pertencentes ao colectivo nunca é nem poderá ser completamente utilizada de uma só vez. As mudanças que observamos no desenvolvimento das ciências humanas, num país ou região, são devidas ao facto de algumas dessas ferramentas estarem actualizadas e outras ultrapassadas. Muito raramente testemunhamos o desenvolvimento de uma ferramenta totalmente nova, embora cada utilizador deixe as suas marcas nas ferramentas que usa.

O mesmo acontece com a pesquisa qualitativa como uma área especial. Em vez de assumir o progresso unidireccional da ciência, deveríamos compreender a pesquisa qualitativa como redes de trabalho interligadas. Como as ciências humanas se dirigem tipicamente a problemas locais importantes, as ideias teóricas ou metodológicas ou são descobertas a partir do ‘arquivo’ colectivo global, ou são novamente inventadas cada vez que tenha existido um uso para elas. Com todo o respeito pelos pensadores inovadores da actualidade e do futuro, em muitos aspectos parece que a herança cultural partilhada e as potencialidades da mente humana nos fornecem as ferramentas que as pessoas usam, sempre que as condições lhes são apropriadas. Pela mesma razão, um desenvolvimento similar em diferentes partes do

mundo cria linhas de pensamento similares, na vida social e no domínio das ciências humanas.

A discussão internacional sobre as origens do que é conhecido como estudos culturais – uma escola de pensamento também influente no desenvolvimento da pesquisa qualitativa – é um bom exemplo. De acordo com a versão canónica, os estudos culturais surgiram entre 1950 e 1960, na Grã-Bretanha, especialmente no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Universidade de Birmingham. Contudo, tem sido contestado o ‘discurso de escola’, no sentido de uma tradição singular que se espalhou na altura por todo o mundo. Por exemplo, Handel K. Wright (1998) argumenta, meio a sério, meio a brincar, que os estudos culturais têm origem em África. Numa linha idêntica, tenho traçado a constituição do ensino dos estudos culturais na Finlândia, com referência a diferentes fontes de influência, sendo a Escola de Birmingham apenas uma delas.

Mesmo quando se discute a formação dos estudos culturais na Escola de Birmingham, indica-se que surgiu como fusão de diferentes fontes de influência. Desde o princípio, as raízes britânicas dos estudos culturais representaram, pelo menos, os estudos literários, a história e a sociologia. A Escola de Birmingham sentiu-se tão confortável a solicitar conceitos e a colher influências do estruturalismo de Lévi-Strauss e do interaccionismo simbólico, como dos teóricos marxistas, Althusser e Gramsci. Numa palavra, os estudos culturais da Escola de Birmingham resultaram do cruzamento de influências, na altura da tão falada ‘viragem linguística’ nas disciplinas humanas.

Nesse sentido, uma vez que as ideias e sensibilidades fundamentais para a Escola de Birmingham estavam ‘no ar’, não é de admirar que formações idênticas de ‘pesquisa sobre cultura e sociedade depois da viragem linguística’ tenham ocorrido em vários lugares simultaneamente. O ‘espírito do tempo’ foi um impulso para se tomar a sério a cultura e concedeu alguma independência, mas ao mesmo tempo várias pessoas perceberam que os ‘assuntos culturais’, ou as práticas para perceber o sentido desse campo, precisavam de ser vistos dentro do contexto do poder e da política. Definidos deste ponto de vista, torna-se claro que os estudos culturais têm, de facto, várias histórias independentes. Os pesquisadores da CCCS, e os seus ‘padrinhos’ Richard Hoggart, E.P. Thompson e Raymond Williams, foram somente um grupo que inventou os estudos culturais, entre muitos outros, como Pierre Bourdieu (*Outline of a Theory of Practice*, 1977; *Distinction*, 1984), Clifford Geertz (*The Interpretation of Cultures*, 1973) e Marshall Sahlins (*Culture and Practical Reason*, 1976).

Podemos dizer assim que vários grupos de pessoas inventaram os estudos culturais ao mesmo tempo, de forma independente uns dos outros – um fenómeno bastante comum na história da ciência. Contudo, é importante notar também que os estudos culturais também se espalharam por associação; isto é,

têm tido um efeito de contágio nos autores citados nos textos produzidos nesse campo. Muitos desses autores foram arrastados para os estudos culturais e muitos aceitaram prontamente o rótulo. Janice Radway, por exemplo, só ouviu falar da Escola de Birmingham quando lhe disseram, depois do seu livro ter sido publicado, que *Reading the Romance* (Radway, 1984) tinha sido colocado à venda na categoria de estudos culturais. Hoje, o livro é considerado um dos trabalhos clássicos dos estudos culturais norte-americanos.

Pesquisa Qualitativa: uma Breve História da sua Construção

Paralela à história da formação múltipla e discursiva dos estudos culturais como movimento acadêmico e como disciplina, a pesquisa qualitativa também pode ser vista como uma construção social, que se espalha pelo mundo mais por associação do que por exportação. Pode argumentar-se, de forma ainda mais forte, que, de alguma forma e num certo patamar, ‘estudos culturais’ e ‘pesquisa qualitativa’ são construções sociais concorrentes, com que os próprios acadêmicos podem associar-se e expandir assim o campo por contágio. Podemos dizer, pelo menos, que o desenvolvimento da pesquisa qualitativa como disciplina transversal, como corpo firme de conhecimento, resulta de um processo onde o *know-how*, ou a perícia a fazer pesquisa social empírica, tem sido acumulado através do empréstimo e da consulta de diferentes disciplinas das ciências sociais e das humanidades. O conhecimento acumulado tem então sido renomeado como ‘metodologia qualitativa’, e os acadêmicos que aplicam partes desse conhecimento na sua pesquisa têm sido rebaptizados ou associados à ‘pesquisa qualitativa’.

Do ponto de vista da sociologia, por detrás dessa história está o desenvolvimento metodológico pelo qual o inquérito social quantitativo obteve uma posição dominante dentro da disciplina, em finais de 1950. Ganhou uma posição tão forte que o inquérito sociológico se tornou virtualmente sinónimo de pesquisa social empírica. Foi entendida como o método científico para estudar fenómenos sociais e também forneceu o modelo para outros métodos possíveis, como a análise (quantitativa) de conteúdos: define-se a população em causa, toma-se uma amostra representativa, definem-se variáveis, classificam-se os dados e testam-se as hipóteses, analisando-se as relações estatísticas entre as variáveis. Por outras palavras, juntando-se a um conjunto de procedimentos, forneceu toda a linguagem da pesquisa social empírica. Em redor da linguagem do inquérito estava um campo mais diverso rotulado como ‘teoria social’. A ideia era que, depois de ganhar inspiração a partir de teorias, os investigadores as operacionalizassem no inquérito empírico e as testassem como hipóteses, dando assim, pelo menos, evidência circunstancial para as verificar.

Por volta de 1970 existia uma crescente insatisfação com as limitações da pesquisa empírica. Quem estava particularmente desagradado ou voltara para a história da sociologia, ou ia aprender com outras disciplinas como estudar fenómenos sociais e culturais. Embora grande parte dos conhecimentos adquiridos e dos procedimentos adoptados fossem provenientes do velho lote do conhecimento geral da perícia em analisar e reflectir sobre fenómenos sociais, foi-lhes dado um novo significado na nova situação paradigmática. Todo o processo de questionamento e de argumentação sobre fenómenos sociais, fazer observações sobre eles, obter resultados empíricos baseados noutras pesquisas que não apenas uma análise das relações estatísticas entre variáveis, teve o novo rótulo de 'pesquisa qualitativa' ou 'metodologia qualitativa'. Esta alteração de nome de grande parte das habilidades do campo da argumentação sociológica, efectivamente ocultou o facto de, antes de 1950, praticamente tudo o que tinha o nome de sociologia ou pesquisa social empírica não ser mais do que pesquisa por inquérito e representar, nesse sentido, 'pesquisa qualitativa'.

Quase tudo o que tem o nome de metodologia qualitativa significa apenas outro nome para o conjunto das práticas básicas dos cientistas sociais. É assim porque, devido à amnésia da sociologia causada pelos efeitos do paradigma do inquérito, estes conhecimentos, o ofício da pesquisa social, pareciam não ter mais qualquer lugar. Em vez de perícia, o paradigma do inquérito queria tão desesperadamente fazer da sociologia uma ciência segundo o falso modelo das ciências naturais, que as pessoas não tinham espaço onde pudessem discutir ou passar o 'segredo' de que, por detrás da limpeza, clareza e bom aspecto de um estudo publicado na área de pesquisa das ciências sociais, está um processo que envolve e exige espanto, inovação e imaginação social. Podemos argumentar que tal singularidade de cada processo de pesquisa é característica da pesquisa qualitativa, e podemos até felicitar pesquisadores qualitativos pela sua inovação que desafia todas as regras rígidas da ciência mas, ao fazê-lo, contribuimos para a reprodução de uma visão parcial e perigosa do campo metodológico das ciências sociais e humanas como um sistema dividido em duas partes.

Porque os métodos da pesquisa qualitativa são mais uma nova recarga para a colecção de velhas ferramentas do que uma nova área académica em desenvolvimento, a imagem do domínio anglo-americano que obtemos ao estudarmos a lista de autores de compêndios é, na verdade, uma ilusão. Grande parte do conhecimento sobre o comportamento e as sociedades humanas, e da lógica seguida na aplicação desse conhecimento na pesquisa empírica difundida como métodos de pesquisa qualitativa, provém da herança internacional comum das ciências humanas. Algum desse conhecimento vem directamente dos filósofos da Grécia Antiga, enquanto outros ingredientes e condimentos desse cozinhado se obtiveram a partir de muitas fontes. A sociologia europeia clássica, a antropologia

social e cultural, o interaccionismo simbólico, a etnometodologia, o estruturalismo e pós-estruturalismo francês dos anos 50 e 60, tiveram provavelmente grande influência, só para mencionar alguns exemplos.

Mas mais importante do que nomear fontes de influência geograficamente dispersas e interdisciplinares para a actual literatura de língua inglesa sobre metodologia qualitativa, é perceber que misturas interessantes – ou insípidas para determinado assunto –, quase com os mesmo ingredientes e com o sabor de componentes locais, podem ser encontradas praticamente em todo o lado e em várias línguas. Num certo nível, os cientistas sociais usarão as mesmas fontes, onde quer que parem para reflectir sobre as lógicas da sua pesquisa, para compreender os fenómenos sociais e escrever sobre essas reflexões, para passar o conhecimento sobre as formas de fazer pesquisa social empírica.

Como é que alguém se torna Pesquisador Qualitativo?

Dada a natureza da pesquisa qualitativa como construção social, pelo menos durante a formação da pesquisa qualitativa como uma área académica ‘por direito próprio’, alguém não se torna pesquisador qualitativo ou especialista em métodos qualitativos por começar por fazer cursos em métodos qualitativos e depois praticar pesquisa qualitativa. Primeiro, aprender fazendo, reflectir sobre o que fez e depois tentar reconstruir as regras seguidas ao trabalhar. Ser rotulado como pesquisador qualitativo seria o selo final. Tal processo de entrada no campo foi talvez uma forma ineficaz de aprender o ofício, porque acarretou certamente reinventar a roda, mas também significou que as pessoas traziam com elas o seu próprio passado educacional e científico e assim enriqueciam a moldura de discursos classificados como pesquisa qualitativa.

A minha própria entrada no campo, a partir do início dos anos 80, é um caso a referir. Foi uma surpresa para mim ter sido considerado, muito cedo, um ‘especialista’ em pesquisa qualitativa, principalmente porque antes de ter começado a fazer pesquisa empírica, e mesmo antes de ter começado a dar cursos sobre métodos qualitativos, mal tinha lido um único livro sobre métodos qualitativos do princípio ao fim e estava sozinho a aprender sobre o assunto.

No tempo em que estudei sociologia na Universidade de Tampere, dos finais dos anos 70 até 1983, quando terminei a minha tese de mestrado, os métodos qualitativos (ou ‘métodos soft’ como eram chamados em alternativa) não eram muito ensinados porque a geração dos nossos professores estava treinada para ser uma classe moderna de sociólogos científicos, cujo treino metodológico consistia essencialmente em pesquisa de inquérito. Essa época era, contudo, marcada pelo chamado positivismo crítico, que em grande parte derivou do pensamento social marxista. A maré estava a mudar, de uma orientação

estrutural do pensamento económico marxista para abordagens que enfatizassem a importância do quotidiano e da própria experiência das pessoas. Nesse contexto, fiquei interessado pelos estudos culturais da Escola de Birmingham e pela maneira como estudavam a juventude ou as subculturas das classes trabalhadoras (e.g. Willis, 1977, 1978; Hebdige, 1979). Assim, foi lógico que me tivesse juntado a Jorma Siltari, colega estudante, para fazer um estudo etnográfico de um grupo de homens que jogavam dardos num bar urbano (Alasuutari e Siltari, 1983) e que esse estudo nos tivesse levado a um projecto de pesquisa maior que ficou terminado em 1985 (para consultar uma tradução posterior em inglês, ver Sulkunen et al., 1997).

Quando conduzi o primeiro estudo de caso, a minha literacia em métodos de pesquisa qualitativa restringia-se praticamente aos escassos apêndices que apareciam em alguns dos estudos que tinha lido como exemplos e modelos. Os poucos livros que tentei ler eram, do meu ponto de vista, tão aborrecidos e diferentes da abordagem que eu tinha adoptado da Escola de Birmingham, que apenas passei os olhos por eles. Contudo, a minha ignorância sobre metodologia qualitativa não me impediu de começar a ensinar métodos qualitativos logo após ter obtido o mestrado. A razão pela qual me pediram para o fazer foi óbvia: apenas algumas pessoas tinham feito um estudo empírico baseado em algo mais que o inquérito. Consequentemente, apenas tive que me forçar a ler, pelo menos alguma coisa, mas penso que as minhas primeiras leituras consistiam em grande parte na reflexão e na reconstrução dos meus próprios métodos de trabalho de campo, e na discussão de enquadramentos teóricos e metodológicos, como a semiótica.

Na altura, os meus objectos de interesse dentro das ciências sociais e humanas reflectiram certamente a constelação de paradigmas dentro da sociologia finlandesa. Em conjunto com a influência directa de pesquisadores e teóricos do país, as influências no campo doméstico foram filtradas por várias direcções. Muitos sociólogos de gerações anteriores tinham estudado, pelo menos durante algum tempo, nos Estados Unidos e tinham sido treinados em pesquisa de inquérito. Todavia, nos anos 70, a perspectiva marxista puramente teórica da economia, mesmo filosófica, ou a escola escandinava, especialmente a dinamarquesa⁵ *Kapitallogiker* (com o marxismo-leninismo soviético, mais explicitamente político), gozou de uma aceitação paradigmática e firme, sobretudo junto da geração mais nova. O marxismo foi resposta à 'ciência comportamental' americana, procurada para descrever melhor as determinantes estruturais da sociedade. Em finais dos anos 70, contudo, os pesquisadores começavam a procurar abordagens 'mais leves', que davam conta da vida quotidiana das pessoas. A solução era utilizar o conceito de modo de vida, adoptado da sociologia marxista soviética e alemã. Muitos artigos de J.P.Roos (ver Roos,

1985) foram uma influência particularmente importante neste contexto. A par das influências alemãs ocidentais e orientais, como Jürgen Habermas, e do sociólogo cultural francês, Pierre Bourdieu, que cedo se tornou muito popular na Finlândia, houve um fluxo constante de influências da filosofia francesa e da teoria social 'pós-estruturalista'. Nomes como Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Lacan e Louis Althusser tornaram-se conhecidos, lidos em francês ou em traduções finlandesas ou inglesas. Acima de tudo isso, existiam as antigas tradições do folclore e etnologia da Finlândia, o que captou o meu interesse quando, mais tarde, tentei relacionar a minha experiência de trabalho de campo com o trabalho de outros e desenvolver métodos para analisar histórias da vida.

Esses eram os principais ingredientes com que cozinhei um conjunto de teorias, métodos e práticas difundidos sob a forma de livros de pesquisa qualitativa. Os mesmos textos, contudo, também poderiam ser legitimamente vendidos como 'estudos culturais' (ver Alasuutari, 1997) ou simplesmente como sociologia. Isso ilustra bem o carácter da pesquisa qualitativa como uma construção. Assim, penso que a minha história mostra que o mesmo saber básico por detrás do que é conhecido como pesquisa qualitativa pode ser adquirido independentemente das fontes e tradições. É assim porque a principal substância é a mesma em todas as pesquisas sociais, com o contributo de diferentes tradições da teoria social e cultural: questionar e problematizar tudo o que tendemos a tomar como certo.

Por outro lado, as configurações de tendências e influências teóricas e metodológicas, próprias de um país ou região em particular, são também uma força para o desenvolvimento da pesquisa social empírica. Por exemplo, se eu tivesse sido formalmente treinado como pesquisador qualitativo antes de entrar no campo, talvez não tivesse procurado ideias em mais lado algum. Logo, a profissionalização da pesquisa qualitativa como um campo académico independente traz consigo o perigo de o fluxo de influências do exterior ser diminuto, especialmente se os textos forem publicados primeiro por académicos anglo-americanos.

Para a Globalização da Pesquisa Qualitativa

Apesar dos perigos relacionados com a especialização e com a concepção do desenvolvimento da pesquisa qualitativa, na forma de uma narrativa de progresso, há que se enfatizar que a pesquisa qualitativa tem sido, certamente, uma construção útil, no sentido em que hoje os estudantes não têm que reinventar a roda tão frequentemente. Aqueles de nós que têm assumido a identidade dos pesquisadores qualitativos e tentado passar o conhecimento da pesquisa social,

reconstruindo as lógicas confusas de fazer pesquisa social empírica, têm ajudado a explicar uma parte essencial da profissão. Embora isso se deva, em especial, à atitude positivista prevalecente no paradigma do inquérito social que criou a amnésia da sociologia, as especificidades do campo nunca foram realmente discutidas em profundidade, ou conscientemente pensadas de forma ampla. Antes de os livros de pesquisa social as terem começado a ensinar, novas gerações de pesquisadores sociais tiveram que aprender a dominar a sua profissão através de tentativa e erro.

Tendo em conta tudo isto, não será justo dizer que a pesquisa qualitativa entra na fase onde os pesquisadores empíricos de todo o mundo já não reinventam a roda repetidamente, na ignorância uns dos outros? O sétimo momento da história sobre o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, contado por Denzin e Lincoln, não nos fala exactamente do desenvolvimento desde o primeiro momento, quando a pesquisa qualitativa foi estabelecida como campo académico?

Penso que é perfeitamente justo reconhecer que percorremos um longo caminho desde, digamos, as normas para a pesquisa etnográfica de Bronislaw Malinowski (1961 [1922]), ou o método de estudar a estrutura narrativa de contos folclóricos de Vladimir Propp (1975 [1928]). Como Denzin e Lincoln defendem, os anos 80 e 90 incluíram, por si só, três momentos históricos.

Contudo, há importantes falácias na narrativa de progresso, pelo menos no que diz respeito ao cenário da pesquisa qualitativa global.

Primeiro, a metáfora da raiz temporal da narrativa de progresso torna difícil dar conta de desenvolvimentos paralelos, a decorrer em diferentes disciplinas humanas e em diferentes regiões. Embora, de uma perspectiva norte-americana, pareça que todas as descobertas mais importantes de disciplinas vizinhas já foram feitas, até a história dos sete momentos, referida anteriormente, pode ser vista como testemunho de uma imagem diferente. Os momentos descrevem tipicamente situações nas quais pesquisadores qualitativos traçam implicações dos desafios e reagem a eles, a partir de novas tendências filosóficas e teóricas nas disciplinas humanas. Nesse sentido, os momentos vêm 'do exterior' da pesquisa qualitativa como um campo de inquérito por direito próprio. É mais do que provável que mudanças futuras no campo terão lugar sob circunstâncias idênticas: algures nas disciplinas humanas, os pesquisadores aparecem com uma ideia nova e fresca e – mais tarde ou mais cedo – um pesquisador empírico aplica-a à sua pesquisa e escreve sobre a inovação. Além disso, dificilmente esgotámos ideias e descobertas sobre a realidade humana, já feitas noutra ponta do globo. De facto, lições de outras culturas e de tradições paralelas de pensamento social são uma fonte promissora e com muito por explorar.

Segundo, a narrativa de progresso facilmente conduz-nos a imaginar a história da pesquisa qualitativa como desenvolvimento científico, dentro do

qual modos de pensamento antigos e desactualizados são, de vez em quando, criticados e rejeitados por melhores modos de concepção da realidade humana, mais adequados e válidos. Por muito tentadora que tal história seja, penso que é mais sensato ser mais humilde e modesto e começar pela assunção de que a pesquisa qualitativa consiste numa caixa de ferramentas de abordagens e práticas, dirigidas a um comentário racional, tocante e divertido sobre fenómenos sociais e culturais.

As ferramentas particulares, escolhidas e adaptadas para cada vez, dependem do contexto histórico local e cultural. Às vezes, uma ferramenta inteiramente nova pode ser desenvolvida, mas é tolice pensar que poderia haver uma ferramenta aplicável a qualquer situação. Deste ponto de vista, a verdadeira globalização da pesquisa qualitativa não significa que, nalgum ponto no tempo, exista uma tendência global para o uso de uma ferramenta útil ou de um conjunto de ferramentas de último modelo. Há dessas modas e tendências globais mas, felizmente, globalização significa um crescente conhecimento e circulação de ferramentas desenvolvidas em diferentes partes do mundo. Verdadeiramente, a pesquisa qualitativa global poderia desenhar um ponto de troca para diferentes abordagens e práticas, a circular pela comunidade global de pesquisadores.

Notas

¹ Essa foi a forma mais rápida de estudar o assunto, embora seja em parte problemático. Alguns académicos podem, de facto, ser imigrantes, i.e. 'estrangeiros legais' como a lei dos Estados Unidos lhes chama. Mas mesmo se a nacionalidade dos autores difere do seu lugar de residência, reflecte a forte posição do país no qual o autor reside.

² Os meus próprios livros, *An Invitation to Social Research* (Sage, 1998) e *Researching Culture: Qualitative Method and Cultural Studies* (Sage, 1995) não foram classificados como 'metodologia qualitativa' e não estão, portanto, incluídos nestes números.

³ Foram listados 272 livros, dos quais retirei uma amostra de 42 livros e verifiquei as associações institucionais de autores numa área similar, como fiz no caso da metodologia qualitativa. Contudo, para dar o crédito devido a livros que introduzem ou discutem um teórico, como Bourdieu, Durkheim, Giddens, Simmel ou Weber, também dei um ponto ao país de origem do teórico mencionado no título ou subtítulo do livro. O facto de ter estudado apenas uma amostra tão pequena significa que os resultados dão apenas uma simples estimativa da situação actual. Uma amostra maior significaria, por exemplo, que existiriam mais países a ter mais um ou dois pontos. De qualquer modo, os 42 livros significaram 47 pontos, distribuídos da seguinte maneira: o Reino Unido 18, Estados Unidos 8, Austrália 5, França 5, Canadá 4, Alemanha 3, Índia 2, Dinamarca 1, e Holanda 1 ponto.

⁴ Numa crítica anterior do cálculo de Denzin e Lincoln sobre o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, Atkinson et al. (1999) também indicavam o carácter teleológico do cenário de Denzin e Lincoln, e questionaram “apesar do ponto de vista pós-moderno a partir do qual examinam o panorama, é reinventada uma grande narrativa de progresso intelectual’ (1999: 468).

⁵ Como uma introdução breve, ver The Special Issue em *Critique of Political Economy*, *Acta Sociological*, 20 (2), 1977.

Bibliografia

- Alasuutari, Pertti (1997), «The construction of cultural studies in Finland», *European Journal of Cultural Studies*, 2(1): 91-109.
- Alasuutari, Pertti and Siltari, Jorma (1983), «Miehisen vapauden valtakunta» [«The realm of male freedom»]. *Tampereen yliopiston Yhteiskuntatieteiden Tutkimuslaitoksen Julkaisuja* [Research Reports of the Research Institute of the Social Sciences, University of Tampere], series B 37.
- Atkinson, Paul, Coffey, Amanda and Delamont, Sara (1999), «Ethnography: post, past, and present», *Journal of Contemporary Ethnography*, 28(5): 460-71.
- Becker, H.S., Geer, B., Hughes, E.C. and Strauss, A.L. (1961), *Boys in White: Student Culture in Medical School*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bogdan, R.C. and Taylor, S.J. (1975) *Introduction to Qualitative Research Methods: A Phenomenological Approach to the Social Sciences*. New York: John Wiley.
- Bourdieu, Pierre (1977), *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (1984), *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Clifford, J (1988), *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Clifford, J. and Marcus, G.E. (eds) (1986) *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Denzin, Norman K. and Lincoln, Yvonna S. (2000), «Introduction: the discipline and practice of qualitative research», in Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (eds), *Handbook of Qualitative Research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 1-28.
- Ellis, C. and Bochner, A.P. (eds) (1996) *Composing Ethnography: Alternative Forms of Qualitative Writing*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Geertz, Clifford (1973) *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- Geertz, Clifford (1983) *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books.
- Geertz, Clifford (1988) *Works and Lives: The Anthropologist as Author*. Cambridge: Polity Press.
- Glaser, Barney G. and Strauss, Anselm L. (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.

- Hebdige, Dick (1979) *Subculture: The Meaning of Style*. London: Routledge.
- Held, David, McGrew, Anthony G., Goldblatt, David and Perraton, Jonathan (1999) *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- Holton, Robert J. (1998) *Globalization and the Nation-State*. London: Macmillan Press.
- Lincoln, Yvonna S. and Denzin, Norman K. (2000) «The seventh moment: out of the past», in Norman K. Denzin and Yvonna S. Lincoln (eds), *Handbook of Qualitative Research* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 1047-65.
- Malinowski, Bronislaw (1961[1922]) *Argonauts of the Western Pacific*. New York: E.P. Dutton.
- Marcus, G.E. and Fisher, M.M.J. (1986) *Anthropology as Culture Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press.
- Pollard, Sidney (1968) *The Idea of Progress: History and Society*. New York: Basic Books.
- Propp, Vladimir (1975[1928]) *Morphology of the Folktale*. Austin and London: University of Texas Press.
- Radway, Janice A. (1984) *Reading the Romance: Women, Patriarchy, and Popular Literature*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Ritzer, George (1993) *The McDonaldization of Society: An Investigation into the Changing Character of Contemporary Social Life*. Newbury Park, CA: Pine Forge Press.
- Roos, J.P. (1985) *Elämäntapaa etsimässä [Searching for the Way of Life]*. Helsinki: Tutkijaliiton julkaisusarja 34.
- Sahlins, Marshall (1976) *Culture and Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sulkunen, Pekka, Alasuutari, Pertti, Nätkin, Ritva and Kinnunen, Merja (1997) *The Urban Pub*. Helsinki: Stakes.
- Thussu, Daya Kishan (ed.) (1998) *Electronic Empires: Global Media and Local Resistance*. London: Edward Arnold.
- Tomlinson, John (1999) *Globalization and Culture*. Cambridge: Polity Press.
- Turner, V. and Bruner, E. (eds) (1986) *The Anthropology of Experience*. Urbana: University of Illinois Press. Willis, Paul (1997) *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs*. Farnborough: Gower.
- Willis, Paul (1978) *Profane Culture*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Wright, Handel K. (1998) «Dare we de-centre Birmingham? Troubling the “origin” and trajectories of cultural studies», *European Journal of Cultural Studies*, 1 (1): 33-56.